



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS

CAROLINE CRISTINA GOMES

ESTÍMULO AO USO CORRETO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

SÃO PAULO
2020

CAROLINE CRISTINA GOMES

ESTÍMULO AO USO CORRETO DE MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Saúde da
Família da Universidade Federal de São Paulo
para obtenção do título de Especialista em
Saúde da Família

Orientação: JULIANA MARCELA FLAUSINO

SÃO PAULO
2020

Resumo

A gravidez não planejada pode ser considerada como um problema de saúde pública enfrentado por diversos países no mundo, e é resultante de vários fatores, dentre eles destacam-se a falta de informações, dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos, uso inadequado dos mesmos, descontinuidade na oferta do contraceptivo e efeitos colaterais adversos que levam ao abandono e ao limite de eficácia. Sendo assim, o objetivo do presente estudo é reunir informações recentes e relevantes no âmbito da prevenção da gravidez não planejada, para que o mesmo sirva como elemento norteador no desenvolvimento de projetos que visam promover a saúde da mulher de forma integrativa. Segundo dados da última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) publicados no ano de 2008, o primeiro fato a se destacar é que 28,2% dos nascimentos ocorridos nos últimos cinco anos não foram planejados para aquele momento e 17,6% foram indesejados. Já os métodos contraceptivos mais conhecidos entre as mulheres são: camisinha masculina (99,8%), pílula (99,6%) e injeção (95,7%) e o percentual de mulheres declaradas unidas e que usam algum método é extremamente alto, alcançando mais de 80%. Entre as sexualmente ativas, o percentual encontrado foi de 75,2%. Os métodos anticoncepcionais atualmente disponíveis são diversos e possuem características próprias de indicações, contra-indicações, riscos e efeitos colaterais. Cabe aos profissionais da saúde que atuam diretamente com a saúde da mulher conhecerem os métodos e estarem preparados para orientação e aconselhamento sobre o método contraceptivo adequado para uma dada usuária, além de acompanhamento relacionado às IST's e formas de prevenção e contágio. Como estratégias sugere-se a criação de grupos multidisciplinares com o intuito de assistir e acompanhar a população de risco para gravidez não planejada ou indesejada, além da transmissão de IST, é uma estratégia que eleva a qualidade da assistência e possibilita o alcance de melhores resultados nos tratamentos. Outra ação sugerida é implementar a educação sexual nas escolas públicas, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Logicamente respeitando o estágio maturacional dos estudantes e adaptando a linguagem e estrutura das aulas para facilitar a compreensão e a aquisição dos conhecimentos. Espera-se, com as ações educativas voltadas à prática sexual segura, entregar informações e promover trocas de experiência que esclarecem dúvidas e quebram a barreira da timidez de alguns alunos em perguntar e buscar informações. Já a intervenção em planejamento familiar nas comunidades carentes resulta na redução do número de gestações não planejadas e todas suas consequências.

Palavra-chave

Contracepção. Educação em Saúde. Planejamento Familiar. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Gravidez não Planejada.

PROBLEMA/SITUAÇÃO

A gravidez não planejada pode ser considerada como um problema de saúde pública enfrentado por diversos países no mundo. Coelho et al. (2012) mencionam que a gravidez não planejada é resultante de vários fatores, dentre eles destacam-se a falta de informações, dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos, uso inadequado dos mesmos, descontinuidade na oferta do contraceptivo e efeitos colaterais adversos que levam ao abandono e ao limite de eficácia. Segundo dados da última Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) publicados no ano de 2008, o primeiro fato a se destacar é que 28,2% dos nascimentos ocorridos nos últimos cinco anos não foram planejados para aquele momento e 17,6% foram indesejados. Outro dado que merece destaque é que a proporção de filhos indesejados cresce com a idade, chegando a 40,1% para aquelas que estavam na faixa de 35 anos ou mais quando tiveram os filhos (PNDS, 2008).

Associado a essa questão da falta de planejamento de uma gravidez, tem-se também um cenário problemático relacionado as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). No Brasil, entre as IST mais comuns estão a clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrem mais de um milhão de novos casos de ISTs diariamente no mundo e a faixa etária mais afetada por essas infecções é a de pessoas entre 15 e 49 anos (SOKOLOSKI, 2016).

No Brasil, a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Há ainda a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos que garante direitos constitucionais às mulheres sobre o planejamento familiar e estabelece também as responsabilidades do Estado (FARIAS et al., 2016).

Já o Ministério da Saúde afirma que o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece os seguintes métodos contraceptivos: pílula combinada, a anticoncepção de emergência, a minipílula, a anticoncepcional injetável mensal e trimestral, e o diafragma, assim como preservativo feminino e masculino para a prevenção da gravidez, incluindo a proteção de IST. Entretanto, sabe-se que a realidade da saúde brasileira é bem distinta quando se compara as classes socioeconômicas existentes e a oferta e assistência nos diferentes estados brasileiros. Ainda segundo as informações da PNDS (2008), estimam em 73% a população feminina brasileira em idade fértil que não possui plano de saúde ou convênio médico, ou seja, são mulheres usuárias do SUS tanto no período gestacional, quanto na busca pela resolução de seus problemas de saúde. Para as mulheres que apresentam condições socioeconômicas desfavoráveis, a contracepção apresenta-se como problema e programas do SUS que englobam a orientação, conscientização e apoio a essa mulher e sua família precisam ser financiados e implantados.

Diante do exposto, é de suma importância considerar que as mulheres em idade fértil tenham acesso à informação de qualidade e aos métodos contraceptivos, para que as elas possam ter controle sobre sua fecundidade, oportunidade de promover a sua saúde e fazer escolhas baseando-se nos seus desejos. Sendo assim, o objetivo do presente estudo é reunir informações recentes e relevantes no âmbito da prevenção da gravidez não planejada, para que o mesmo sirva como elemento norteador no desenvolvimento de projetos que visam promover a saúde da mulher de forma integrativa.

ESTUDO DA LITERATURA

Sobre o conhecimento de algum método anticoncepcional, a Tabela 1 apresenta o percentual de mulheres que afirmaram conhecer ou já terem ouvido falar, por tipo de método, subdivididas em mulheres unidas, mulheres não unidas sexualmente ativas e mulheres sem experiência sexual.

Tabela 1 - Percentual de todas as mulheres que conhecem ou ouviram falar de algum método anticoncepcional. Fonte: PNDS (2008).

Método	Todas as mulheres*	Mulheres atualmente unidas	Mulheres não unidas sexualmente ativas**	Sem experiência sexual
Algum método	99,9	100,0	100,0	99,8
Métodos modernos	99,9	99,9	100,0	99,8
Esterilização feminina	93,8	96,4	91,6	81,9
Esterilização masculina	86,9	89,1	87,9	72,9
Pilula	99,6	99,7	100,0	98,9
DIU	87,4	88,3	90,2	77,2
Injeção contraceptiva	95,7	96,9	96,2	88,8
Implantes	33,6	33,6	39,2	22,4
Camisinha masculina	99,8	99,8	100,0	99,7
Camisinha feminina	90,9	89,1	95,4	94,2
Diafragma	59,9	56,3	68,7	65,5
Creme, óvulos vaginais	29,4	28,5	34,0	26,7
Pilula do dia seguinte	76,8	74,1	88,3	72,8
Métodos tradicionais	92,6	93,6	95,7	82,1
Tabela/abstinência periódica/billings	87,9	88,8	90,4	79,1
Coito interrompido	79,1	81,6	85,7	54,2
Outro método ***	3,2	2,9	5,6	2,4
Número médio de métodos conhecidos	10,0	10,0	10,5	9,3
Número de mulheres ****	15.575	9.989	2.838	1.766

*A soma das colunas 2, 3 e 4 não perfaz o total de mulheres apresentado na coluna 1 porque não estão contemplados na análise os seguintes grupos: mulheres não unidas que não são sexualmente ativas (964 mulheres), mulheres não unidas sem informação sobre atividade sexual (seis mulheres) e mulheres sem informação sobre situação conjugal (12 mulheres). **

Mulheres que tiveram relação sexual nos últimos 12 meses. *** Inclui outros métodos modernos e tradicionais não especificados no questionário, tais como adesivo hormonal, anel vaginal, chás, ervas, ducha vaginal etc. **** Total de mulheres entrevistadas. Por se tratar de resposta múltipla, o percentual de cada tipo de método tem como denominador o total de casos válidos na pergunta específica sobre o método.

É possível afirmar que o conhecimento de métodos é praticamente universal. Além disso, observa-se e que o conhecimento dos métodos classificados na pesquisa como modernos é mais disseminado que o dos tradicionais. Os métodos contraceptivos mais conhecidos entre as mulheres são: camisinha masculina (99,8%), pílula (99,6%) e injeção (95,7%).

Por outro lado, Martins et al. (2006) constatou que o conhecimento sobre os métodos

contraceptivos entre estudantes de escolas públicas e privadas, com idade média de 12 a 19 anos, é insatisfatório, tendo os alunos de escolas particulares maior percentagem de acerto do que os alunos de escolas públicas.

Já a Tabela 2 expõe os resultados encontrados para o questionamento de utilização de algum método anticoncepcional, levando em consideração o tipo de método e a classificação atribuída para as mulheres entrevistadas.

Tabela 2 - Utilização de algum tipo de método anticoncepcional. Fonte: PNDS (2008).

Método**	Uso atual		
	Todas as mulheres	Mulheres atualmente unidas	Mulheres não unidas, sexualmente ativas*
Algum método	67,8	80,6	75,2
Métodos modernos	65,2	77,1	73,3
Esterilização feminina	21,8	29,1	10,9
Esterilização masculina	3,3	5,1	0,1
Pílula	22,1	24,7	30,3
DIU	1,5	1,9	1,3
Injeção contraceptiva	3,5	4,0	4,4
Implantes	0,1	0,1	0,4
Camisinha masculina	12,9	12,2	26,0
Camisinha feminina	0,0	0,0	0,0
Diafragma	0,0	0,0	0,0
Creme, óvulos vaginais	0,0	0,0	0,0
Pílula do dia seguinte	0,0	0,0	0,1
Método tradicional	2,4	3,2	1,6
Tabela/abstinência periódica/billings	0,8	1,1	0,6
Coito interrompido	1,5	2,1	1,0
Outro método***	0,2	0,3	0,3
Não está usando método	32,2	19,4	24,8
Número de casos	15.575	9.989	2.838

*Mulheres que tiveram relação sexual nos últimos 12 meses. **Se mais de um método é reportado, considera-se o método mais efetivo, conforme explicitado no questionário.

***Inclui outros métodos modernos e tradicionais não especificados no questionário, tais como adesivo hormonal, anel vaginal, chás, ervas, ducha vaginal etc.

Analisando a tabela acima, observa-se que o percentual de mulheres declaradas unidas e que usam algum método é extremamente alto, alcançando mais de 80%. Entre as sexualmente ativas, o percentual encontrado foi de 75,2%. Destaca-se também que a pílula é o método contraceptivo mais utilizado tanto para mulheres unidas, quanto para aquelas

sexualmente ativa. Já o preservativo masculino é o segundo método mais utilizado por mulheres não unidas e sexualmente ativas.

A característica mais marcante das pílulas, atualmente mais conhecidas como anticoncepcionais hormonais orais, é a facilidade de uso. Mas o fato de não interferir na vida sexual e a segurança devido a sua alta eficácia também são fatores que contribuem para a alta adesão. Entretanto, como há necessidade de ingestão diária, o esquecimento frequente resulta em um aumento da taxa de falha contraceptiva, além de vários estudos evidenciarem os efeitos colaterais adversos que podem culminar na descontinuidade do uso do método contraceptivo. Diante do exposto, Bahamondes et al. (2011) desenvolveram um estudo para avaliar as razões pelas quais as mulheres descontinuam o uso dos anticoncepcionais orais. Como resultado, os autores mencionaram que a principal causa são os efeitos colaterais (57,3%) como cefaléia (37,6%), aumento de peso (16,6%) e sangramento irregular (23,6%).

Outros efeitos colaterais são descritos na literatura, como por exemplo tonturas, náuseas, vômitos, irritabilidade, dor nas mamas, queda de cabelo e alterações no apetite sexual (ALMEIDA; ASSIS, 2017). A falta de informação sobre os efeitos colaterais resultantes do uso dos contraceptivos hormonais orais pode afetar a sua eficácia. A interrupção no uso é reflexo da falta de acompanhamento de um profissional especializado, já que muitas das pacientes utilizam o medicamento sem a devida prescrição médica.

Sobre a utilização irregular ou equivocada dos anticoncepcionais hormonais orais, o Ministério da Saúde informa que este fato tem provocado uma elevação na quantidade de gestações não planejadas e, como consequência disto, a ocorrência do aumento nos índices de aborto induzido. Para exemplificar esta afirmação, aproximadamente 50% das mulheres que praticaram o aborto e que residem nas regiões Sul e Sudeste, afirmaram estar fazendo uso de contraceptivos orais (BRASIL, 2009). O preservativo masculino, outro método bastante citado, apresenta benefícios não contraceptivos importantes e a sua grande vantagem é a proteção que oferece contra infecções sexualmente transmissíveis, inclusive virótica (HPV, HIV, Hepatite B, etc.).

Segundo a Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, a eficácia do método depende do seu uso correto, da motivação do casal em usá-la em cada intercurso, do tempo de experiência com o método, e também da qualidade do produto que pode ser afetada pelo armazenamento inadequado, principalmente por parte do usuário. Outras vantagens desse método são a sua praticidade, fácil acesso e não depende de controle médico. Como desvantagens pode-se citar o alto grau de motivação, necessita de manipulação durante o ato sexual, podendo ocorrer também rotura, causar reação alérgica e dificuldades de manutenção da ereção.

AÇÕES

Após descrever a realidade nacional sobre informação e utilização dos métodos contraceptivos para se evitar uma gravidez não planejada ou indesejada, a autora do presente estudo expõe os dados coletados na Unidade de Saúde da Família Adelaide, na cidade de Hortolândia - SP, local de atuação da mesma.

A equipe conta com os seguintes profissionais: médica da família, enfermeira, técnicos de enfermagem, agentes de saúde, auxiliares administrativos e assistente social. A unidade é responsável pelo atendimento de aproximadamente 4.000 pessoas e percebeu-se, recentemente, o aumento significativo de mulheres grávidas, cuja gravidez não foi planejada.

Coletou-se então os dados registrados na unidade e verificou-se, nos últimos dois meses, um aumento da incidência de 55%. No mês de março o número e gestantes atendidas foi 19, já no mês de maio o número aumentou para 30.

Os métodos anticoncepcionais atualmente disponíveis são diversos e possuem características próprias de indicações, contraindicações, riscos e efeitos colaterais. Cabe aos profissionais da saúde que atuam diretamente com a saúde da mulher conhecerem os métodos e estarem preparados para orientação e aconselhamento sobre o método contraceptivo adequado para uma dada usuária, além de acompanhamento relacionado às IST's e formas de prevenção e contágio.

Criação de grupos multidisciplinares com o intuito de assistir e acompanhar à população de risco para gravidez não planejada ou indesejada, além da transmissão de IST, é uma estratégia que eleva a qualidade da assistência e possibilita o alcance de melhores resultados nos tratamentos.

As equipes multiprofissionais de uma instituição de saúde podem trabalhar diversas iniciativas em prol da prevenção e da promoção da saúde, propiciando ao paciente um olhar como um todo e consequentemente um atendimento mais humanizado.

Nesse âmbito, sugere-se a expansão de programas de planejamento familiar já existentes no Brasil e criação desses programas em regiões cujo os serviços de atenção básica a saúde são precários. O intuito é oferecer atenção integral à saúde da mulher, levando ao maior número de pessoas possível, informações de qualidade e orientações quanto aos métodos de planejamento familiar legalmente reconhecidos em nosso meio, de modo que a mulher ou o casal possa escolher conscientemente um deles.

Outra ação sugerida é implementar a educação sexual nas escolas públicas, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Logicamente respeitando o estágio maturacional dos estudantes e adaptando a linguagem e estrutura das aulas para facilitar a compreensão e a aquisição dos conhecimentos.

Infelizmente, a educação que aborde a sexualidade em seus aspectos biológicos, culturais e sociais, como recomendam os parâmetros curriculares de ciências do Ministério da Educação (MEC), não é realidade no nosso país e como consequência disso pode-se apontar comportamentos de risco adotado pelos estudantes. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar realizada no ano de 2015, dos adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental sexualmente ativos, 33,8% disseram não ter usado camisinha na última relação

sexual mesmo tendo recebido informação a respeito na escola (BRASIL, 2011). Conclui-se então que há falha nesse aspecto e apenas passar informação, as vezes de forma desconecta da realidade na qual o adolescente está inserido, não é suficiente.

Assim, se propõe a educação sexual de forma compreensiva, com o objetivo de abranger o processo de aprender e ensinar sobre os aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais da sexualidade. Deve-se levar em consideração o que os estudantes já sabem sobre sistemas reprodutores humanos masculino e feminino e os aspectos psicológicos envolvidos.

RESULTADOS ESPERADOS

Quando um grupo de profissionais trabalha em conjunto, a percepção de uma dada situação é maior e compreendida por fatores diferentes que contemplam o todo. Cada profissional avalia o paciente objetiva e subjetivamente, isso possibilita diferentes abordagens de questões específicas e ajuda na escolha das intervenções mais adequadas.

As aulas de educação sexual podem colaborar diretamente na diminuição do índice de contaminação e transmissão de infecções sexuais entre os adolescentes e jovens, além de evitar uma gravidez não planejada ou indesejada. As ações educativas voltadas à prática sexual segura cumprem um papel considerado de suma importância na vida do estudante, pois trazem informações e trocas de experiência que esclarecem dúvidas e quebram a barreira da timidez de alguns alunos em perguntar e buscar informações.

A intervenção em planejamento familiar nas comunidades carentes resulta na redução do número de gestações não planejadas e suas consequências como: adolescentes se tornando mães precocemente, jovens abandonando os estudos, filhos sem suporte familiar adequado, crianças sem acompanhamento adequado em relação à saúde, maior número de complicações pós-parto, maior mortalidade infantil e a possibilidade destas crianças se tornarem mães precocemente devido a reprodução do comportamento materno, através da aprendizagem social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. F. de; ASSIS, M. M. de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. **Rev Eletron Atualiza Saúde**, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017.

BAHAMONDES, L. et al. Fatores associados à descontinuação do uso de anticoncepcionais orais combinados. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 33, n. 6, p. 303-309, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Consenso sobre contracepção**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

COELHO, E. de A. C. et al. Associação entre gravidez não planejada e o contexto socioeconômico de mulheres em área da Estratégia Saúde da Família. **Acta paulista de enfermagem**, v. 25, n. 3, p. 415-422, 2012.

FARIAS, M. R. et al. Utilização e acesso a contraceptivos orais e injetáveis no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, p. 14s, 2016.

MARTINS, L. B. M et al. Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 57-64, 2006.

SOKOLOSKI, V. **Abordagem na diminuição da incidência de gestantes adscritas na área da Unidade Básica de Saúde Parque das Embauvas no município de Santo Antônio do Sudoeste - PR**. (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Saúde Pública, Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica, Florianópolis, 2016.